

## **O TEATRO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ILHÉUS/BA**

*Lilian Cristina Fonseca Menezes*

Licenciatura em Pedagogia, UESC; Professora da Educação Básica na  
Escola Municipal Batista Memorial; Pós-Graduanda em Gestão Cultural -  
UESC. E-mail: liuh-menezes@hotmail.com

*Jeroaldo de Souza Santos*

Mestre – PRODEMA- UESC; Coordenador Pedagógico do Colégio  
Estadual Abdias Menezes (NTE – 20)  
E-mail: jeroaldosantos@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo visa refletir as contribuições do Teatro no processo de ensino-aprendizagem no 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de observar as bases legais e científicas para o desenvolvimento de uma proposta metodológica no processo de ensino e aprendizagem de forma transversal. A metodologia adotada neste trabalho parte de natureza qualitativa, de um levantamento bibliográfico e da análise documental (caderno de estágio e planos de aula) obtidos através dos registros do caderno do Estágio Supervisionado e Obrigatório na Escola Municipal do Salobrinho, Ilhéus, Bahia. Esta pesquisa constatou a necessidade dessa arte como componente curricular obrigatório, mediante as definições legais para a Educação Básica e comprovou a relevância da linguagem teatral como proposta metodológica que possibilita aos discentes o desenvolvimento da criatividade, expressão, percepção, oralidade, produção escrita, imaginação, socialização, leitura e transformação social (BOAL, 2000) através da abordagem sobre o racismo apresentadas nos poemas e falas dos personagens.

**Palavras-chaves:** Teatro; Preconceito Racial; Propostas Pedagógicas.

### **1. INTRODUÇÃO**

A arte é uma das formas de linguagem que o indivíduo utiliza para se comunicar, seja através da música, dança, artes visuais ou do teatro. A inclusão desse tipo de linguagem no currículo da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) é obrigatória no Brasil através da Lei Federal de nº 13.278/16, como já previsto desde 1997 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e recentemente pela 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), reafirmando a importância que a artes exerce na formação do discente. Entretanto, a realização de propostas metodológicas coerentes a estas determinações é ainda incipiente nas escolas.

A formação é a ação cuja capacidade está em desenvolver, criar, formar pequenas partes de maneira que surja uma nova estrutura que irá conter um todo. A formação integral é o processo educativo que visa observar, analisar e proporcionar o desenvolvimento humano

em todos os seus aspectos, sendo eles o intelectual, físico, psicológico, emotivo e social. Sendo assim, o teatro e os jogos teatrais são fundamentais nesse processo educativo, pois desenvolvem a área cognitiva, socioafetiva e psicomotora dos discentes (BASTOS, 2016), além de estimular a capacidade de imaginação (CORTNEY, 2003) para exercer a sua autonomia e criticidade (BOAL, 2000).

A mudança de nível de ensino da Educação Infantil para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental é, em sua maioria, enfrentada por um distanciamento da ludicidade, apenas com aulas tradicionais, sendo que nessa fase ela precisa também ser contemplada de atividades lúdicas que contribuam tanto para uma educação de qualidade quanto para uma formação integral. No entanto, resume-se a uma aprendizagem mecânica, com aulas expositivas, na qual o docente se preocupa apenas com a transmissão de conteúdos e não com o processo de aprendizagem do discente. Partindo deste pressuposto, pensa-se que a arte teatral poderia ser adotada como prática pedagógica, permitindo a criança uma voz ativa e atuante.

Nota-se também que a disciplina de Artes é ofertada no currículo das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no entanto, as aulas são negligenciadas pelos docentes, pois não possuem o contato inicial de técnicas artísticas e, ainda com recursos de livros didáticos de artes, acabam não sendo utilizados em sala de aula devido às pressões que os professores recebem para o cumprimento das atividades escolares, dando maior visibilidade às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

O docente pode trabalhar a linguagem teatral com o aprofundamento de conteúdos de acordo com os pressupostos teórico-práticos da interdisciplinaridade e da transversalidade, como destacam as Resoluções 4 e 7 do Conselho Nacional de Educação de 2010, para que o discente da Educação Básica, especificamente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental consiga atingir o objetivo de se desenvolver integralmente e, por meio da arte, ser modificado em sociedade.

Assim, o propósito desta pesquisa é refletir as contribuições do Teatro no processo de ensino-aprendizagem no 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de observar as bases legais e científicas para o desenvolvimento de uma proposta metodológica no processo de ensino e aprendizagem de forma transversal. Dessa maneira, a pesquisa se preocupará em responder à questão: como a linguagem do teatro pode contribuir para a formação dos discentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

Para responder essa questão de pesquisa, objetiva refletir as contribuições da linguagem teatral dos discentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de modo que os

caminhos para se investigar essa temática serão: investigar as bases legais e científicas que fundamentam a linguagem teatral no processo de ensino-aprendizagem e além de identificar as contribuições do teatro nas propostas pedagógicas em sala de aula.

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa por observar os dados de forma direta (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) através dos registros do caderno do Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola onde foi realizado o Estágio Obrigatório. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é exploratória ao fazer levantamento bibliográfico (DENCKER, 1998) de bases científicas que abordam a formação integral da criança, práticas pedagógicas, teatro e linguagem teatral.

Os instrumentos de coleta e análise de dados baseiam-se na análise documental (GUBA; LINCOLN, 1981). O documento de análise da pesquisa é o caderno de estágio (planos de aula) e buscou-se verificar se o PPP trazia os temas sobre atividades lúdicas, arte, expressão, movimento.

A pesquisa foi realizada no período de abril a junho de 2018 no Estágio Obrigatório na Escola Municipal do Salobrinho, nomeada como Escola Municipal Prof<sup>a</sup> Jardelina Leal, localizada no município de Ilhéus-Ba, com os discentes do 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

## **2. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **2.1.O uso do teatro no processo de ensino e aprendizagem de acordo com a legislação educacional do Brasil**

O uso do teatro no processo de ensino-aprendizagem é discutido tanto em documentos legais quanto em bases científicas. Segundo Rodrigo Ruiz (2016), o teatro não é a materialização de um espetáculo e sim, um caminho para a criança poder desenvolver a sua capacidade expressiva e a sua criatividade. Essa experiência possibilita ao discente enriquecer a oralidade, a expressão corporal, adquirir a percepção de si e do outro, ampliar a sua imaginação e a socialização (SANTOS, 2013).

Assim como sugerido por Rodrigo Ruiz (2016), Aline Bastos (2016) afirma que o teatro “contribui para uma melhor percepção dos processos criativos, ajuda a desinibir e a controlar a ansiedade, socializar, explorar o corpo, voz, mente, sentidos e sentimentos. Amplia a compreensão de limitações e capacidades. (BASTOS, 2016, p.35).

O teatro possibilita a criança se comunicar com outras pessoas e no conhecimento de si mesma (BASTOS, 2016), entender as suas emoções, os seus gostos. Para Alinne dos Santos et al. (2012), o teatro também é um importante recurso artístico-didático-pedagógico para o desenvolvimento integral da criança; suporte para sua trajetória na vida social e proporciona experiências novas que contribuem para o crescimento integral da criança e o desenvolvimento da auto expressão, assim como defende Olga Reverbel (1997), ao afirmar que “as atividades de expressão artística são excelentes recursos para auxiliar o crescimento, não somente afetivo e psicomotor como também cognitivo do aluno (REVERBEL, 1997, p.34).

Conforme evidenciou Olga Reverbel (1997), a auto expressão do mundo desenvolvida a partir do teatro ocorre quando o discente através de um personagem representa um determinado tempo histórico (presente, passado ou futuro) de forma real ou fictícia, podendo ser através do Teatro de rua, de fantoches, de sombras, de revista, do absurdo, musical, infantil, político, comercial, *commedia dell arte*.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 5.692\71 discute a obrigatoriedade das Artes Educação Artística no currículo nacional, como atividade educativa e não como disciplina:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei nº 369, de 12 de setembro de 1969. (BRASIL, 1971, p.19)

A arte como instrumento pedagógico para o processo de ensino-aprendizagem fora regulamentada e discutida em Bases Legais e Científicas a partir da Constituição Federal de 1988, no Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, que traz a importância do discente exercer a sua cidadania em contato com a sua liberdade artística, inerente a todo cidadão.

Diante desse marco legal, embora ela tenha sido discutida anteriormente em diferentes momentos históricos, o papel das artes na formação integral do aluno passou a ter mais evidência, já que são capazes de transformar o estudante por meio da magia, da fantasia, da descoberta e da aventura, possibilitando o desenvolvimento da sensibilidade e da criatividade por meio da reflexão, criticidade e do diálogo nas práticas pedagógicas exercidas entre docente e discente.

Desse modo, Paulo Freire (1987) pontua que a educação deveria emancipar os sujeitos politicamente. Nos quais, esses sujeitos deveriam deixar de ser oprimidos e/ou opressores e

através da libertação total dessa relação oprimido-opressor retornar à humanização. Desse modo, é possível inferir que o uso do teatro é fundamental para garantia desses pressupostos teórico-práticos destacados por Paulo Freire.

Augusto Boal (2000) também considerou em suas obras o teatro como uma ferramenta de transformação social, onde poderiam ser debatidos temas políticos, sociais, étnicos, estéticos, como uma arma de libertação e transformação. A publicação “O Teatro do Oprimido” desse autor pontua que o teatro ao ser utilizado como prática pedagógica permite dialogar sobre quaisquer conhecimentos e contribui para a leitura de mundo, possibilitando aos discentes um pensamento autônomo, reflexivo e crítico, a criatividade, ser sujeitos de direitos e emitir opiniões, valorizar o trabalho em grupo e ter consciência corporal.

Em 1996, a partir da aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL, 1997) o teatro (arte) a ser desenvolvido nos processos educativos nos processos formativos dos discentes foi concebido como “a arte do homem exigindo a sua presença de forma completa: seu corpo, sua fala, seu gesto, manifestando a necessidade de expressão e comunicação” (BRASIL, 1997, p.57).

Ademais, para os PCN's (BRASIL, 1997) o teatro cumpriria nos processos educativos

não só função integradora, mas dá oportunidade para que ela se aproprie crítica e construtivamente dos conteúdos sociais e culturais de sua comunidade mediante trocas com os seus grupos. No dinamismo da experimentação, da fluência criativa propiciada pela liberdade e segurança, a criança pode transitar livremente por todas as emergências internas integrando imaginação, percepção, emoção, intuição, memória e raciocínio (BRASIL, 1997, p.58).

Desse modo, os PCN's (BRASIL, 1997) definiram a “Área de Arte” (incluindo o teatro) como campo de conhecimento, assim como Área de História, de Exata e demais áreas de conhecimento, sendo que as aulas de artes deveriam contemplar atividades envolvendo a música, o teatro, a dança e as artes visuais, no entanto, apesar da recomendação dos PCNs, as instituições de ensino evidenciavam mais a música.

O teatro, para os PCN's (BRASIL, 1997) desenvolve a capacidade imaginativa, o afetivo, a percepção, a memória, a intuição e o raciocínio da criança, sendo instigado pelo docente que poderá trabalhar tanto o individual quanto o coletivo, permitindo a emancipação crítica-reflexiva do sujeito, pois,

as propostas educacionais devem compreender a atividade teatral como uma combinação de atividade para o desenvolvimento global do indivíduo, um

processo de socialização consciente e crítico, um exercício de convivência democrática, uma atividade artística com preocupações de organização estética e uma experiência que faz parte das culturas humanas. (BRASIL, 1997, p.57).

Assim como se observou na discussão proposta e apresentada pelos PCN's, em 2005, a arte torna-se assunto e pauta em novas discussões legais. Através do Parecer de nº 22 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica solicitou a retificação do termo que designa a área de conhecimento “Educação Artística” pela designação “Arte”, como base na formação específica plena em uma das linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. O Parecer relata a contribuição dos PCN's (BRASIL, 1997) para o Ensino Fundamental em conceituar Área de Arte e aponta que o objetivo da arte na educação é “promover o desenvolvimento sociocultural dos discentes”.

O teatro no Ensino Fundamental proporciona experiências que contribuem para o crescimento integrado da criança sob vários aspectos. No plano individual, o desenvolvimento de suas capacidades expressivas e artísticas. No plano do coletivo, o teatro oferece, por ser uma atividade grupal, o exercício das relações de cooperação, diálogo, respeito mútuo, reflexão sobre como agir com os colegas, flexibilidade de aceitação das diferenças e aquisição de sua autonomia como resultado do poder agir e pensar sem coerção.

Segundo Daniela Coletto (2010), o docente ao trabalhar o teatro na sala de aula atua como observador, pois analisa o contexto socioeconômico e a mediação dos conhecimentos é realizada pela troca das experiências dos discentes, ampliando o repertório deles e contribuindo para o processo da criatividade dos alunos.

A troca de vivências pode acontecer por meio do processo colaborativo, que é um recurso no qual ator, diretor, roteirista, figurinista, todos expandem suas funções específicas para trabalhar no todo, ampliando o seu conhecimento. Esse método é interessante, pois permite ao docente trabalhar com outras disciplinas de forma integrada (FIGUEIREDO, 2007) e diferente da abordagem tradicionais (MORAES, 2011).

A partir de 2016, por meio da Lei Federal de nº 13.278, que alterou o artigo 26º § 6º da LDB 9.304/96 foi definido que as escolas públicas e privadas teriam cinco anos para incorporar aulas de teatro, artes visuais e dança ao currículo do ensino básico (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Com essa legislação, o ensino de arte no Brasil deixa de ser facultativo e reconhece a obrigatoriedade da linguagem artística no currículo da Educação Básica, despertando um novo olhar sobre a importância do teatro como processo educativo (SILVA, 2016).

Com a aprovação da terceira versão implementada da BNCC (2017) foi asseverado a relevância da linguagem teatral desde a Educação Infantil, perpassando no Ensino Fundamental, na qual cada modalidade de ensino constará de habilidades a serem desenvolvidas de acordo com cada faixa etária. Na Educação Infantil, o bloco “Corpo, Gestos e Movimentos”, estabelece os objetivos da aprendizagem no desenvolvimento da criança nas três etapas: bebês (zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Com base nesse documento, a cada etapa, a criança entra em contato com o corpo e se expressa por meio dele, através da imitação, brincadeiras e jogos que utilizem os gestos e as emoções, atividades artísticas como a música, a dança e o teatro. Segundo a BNCC (2017), é “por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta [...] que as crianças se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem” (BRASIL, 2017, p.39).

Diferente da Educação Infantil, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental da BNCC (2017) constam as áreas de conhecimento, como: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências da Natureza e Artes. No âmbito da Língua Portuguesa, as práticas de linguagens permitem o discente potencializar a oralidade, leitura, escrita, interpretação de texto e constituir o “leitor ativo”.

O teatro é tratado na BNCC (2017) como componente curricular do 1º ao 5 ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental enquanto unidade temática, tendo como objeto de conhecimento os elementos da linguagem (descobrir) e processos de criação (experimentar) para explorar respectivamente as seguintes habilidades:

(EF15AR19) Descobrir teatralidades na vida cotidiana, identificando elementos teatrais (variadas entonações de voz, diferentes fisicalidades, diversidade de personagens e narrativas etc.).

(EF15AR20) Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro, explorando desde a teatralidade dos gestos e das ações do cotidiano até elementos de diferentes matrizes estéticas e culturais (BRASIL, 2017).

A habilidade EF15AR19 (descobrir) explora a investigação, observação, elementos básicos do teatro (espaço, personagem e narrativa) e teatralidade presente em situações cotidianas; enquanto a habilidade EF15AR20 (experimentar) destaca a expressão, percepção, emoção, através dos jogos de improvisação e teatrais, suas intencionalidades para o desenvolvimento criativo e inovador de forma interdisciplinar com a Língua Portuguesa.

Dessa forma, o docente poderá atuar como facilitador no planejamento de propostas pedagógicas que estimulem a criatividade nos discentes de modo espontâneo. As propostas pedagógicas aqui são entendidas como um apanhado estruturado de ideias, argumentos, sugestões e reflexões educativas realizadas pelo docente que utilizará planos de aulas e sequências didáticas, desenvolvendo atividades utilizando o teatro no processo de ensino-aprendizagem pautado na integração curricular.

A integração curricular (projetos e pesquisas) é prevista na Lei Federal de nº 13.415 de 2017, no artigo § 2º e 7º que alterou o artigo 26º da LDB 9.394/96 asseverando o ensino da arte (expressões regionais) como componente curricular obrigatório da educação básica e de forma integral e transversal ao currículo escolar.

Essas propostas pedagógicas, baseadas na BNCC (2017) são

oportunidades ricas para que as crianças possam [...] explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (BRASIL, 2017, p.39).

Portanto, o teatro pode ser utilizado em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem, no desenvolvimento integral dos discentes, no conhecimento de si mesmo – seu relacionamento intrapessoal -, como também na leitura crítica-reflexiva do mundo.

## **2.2 Vivências do Estágio Obrigatório sobre teatro no processo de ensino-aprendizagem**

Com base nos pressupostos teóricos desta pesquisa, foram realizados cinco planos de aula no período do estágio obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em uma turma do 4º ano, vespertino. As aulas de Artes eram desenvolvidas de acordo com o horário das disciplinas ofertada pela escola que aconteciam às quartas-feiras nos dois últimos horários e durante as aulas de Língua Portuguesa nos primeiros horários.

A proposta pedagógica para trabalhar com o teatro no Estágio Obrigatório surgiu com a inquietação diante da incipiência de atividades no plano de aula voltadas para o teatro conforme a Lei Federal nº 13.278 (BRASIL, 2016) que destaca a necessidade da oferta obrigatória da disciplina de Artes na Educação Básica. Embora as aulas de Artes tivessem seu horário, elas não estavam sendo trabalhadas em sala de aula durante a realização do estágio. Notou-se também que os livros didáticos de artes (do 4º e 5º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental) não eram utilizados como recurso didático.

Durante esse período de estágio foi verificado a pouca apropriação dos docentes dessa normatização, por pensarem que precisam dominar técnicas teatrais profissionais para o



desenvolvimento da disciplina. Entretanto, desde os primeiros anos da criança, ela sente a necessidade de reproduzir sons, gestos, expressões em sua volta, tendo a predisposição teatral, possibilitando o docente estimular a criatividade do discente utilizando o teatro como prática pedagógica, não sendo prioridade o domínio técnico dos tipos de artes.

O teatro pode ser uma ferramenta de conscientização social e política (BOAL, 2000), um instrumento de luta contra a hegemonia e contra as classes dominantes. O teatro pode exercer grande importância ao possibilitar o diálogo sobre temáticas de gênero, sexualidade, religiosas, étnico-raciais, desconstruindo as ideologias reproduzidas em sociedade. Por isso, durante a realização do estágio buscou-se propostas pedagógicas que estimulassem a conscientização dos discentes através de práticas relacionadas sobre o preconceito racial.

O preconceito racial/racismo consiste no julgamento de que o afrodescendente é uma raça inferior aos brancos, reconhecido como crime de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional pela Lei Federal de nº 7.716/1989 (BRASIL, 1989). Nogueira (1985), define o preconceito racial como uma “disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece” (NOGUEIRA, 1985, p.78-79).

Conforme esses pressupostos, foi possível perceber que o teatro, como prática pedagógica, pode se diluir em outras áreas do conhecimento (BNCC, 2017). No estágio supervisionado, a proposta pedagógica apresentou uma sequência interdisciplinar com a disciplina de Língua Portuguesa, por meio do: estímulo da escrita com os discentes, contato com os gêneros textuais e criação de poemas; contato com a disciplina de História, através dos conhecimentos relacionados a formação plural e étnico-cultural do povo brasileiro e das contribuições dos povos africanos; reflexão sobre o preconceito racial, que os PCN's (1997) sobre Pluralidade Cultural reconhecem o papel da escola na promoção de debate acerca de questões sociais do Brasil e possibilidade de o discente construir a sua aprendizagem de forma eficaz e efetiva na abordagem sobre o preconceito racial.

As aulas tinham como objetivo: incentivar a capacidade artística; desenvolver o pensamento crítico-reflexivo e promover a conscientização da escola sobre a importância de dialogar sobre o preconceito racial. Vale ressaltar que a construção dos planos de aula foi realizada de maneira flexível, onde os discentes ganharam autonomia e voz em sala de aula, assim como proposto por Paulo Freire (1987).

A primeira aula contemplou o contato inicial dos discentes com os jogos teatrais, como destaca a BNCC (2017). O jogo consistia em desenvolver a oralidade através do improviso (SPOLIN, 1963), o trabalho em grupo, o ritmo, e, era fundamental que em todo o tempo tivesse foco no jogo teatral como instrumento que possibilita o desenvolvimento da “liberdade pessoal dentro de regras estabelecidas, habilidades pessoais necessárias para o jogo e irão internalizar essas habilidades e esta liberdade ou espontaneidade. Os jogos são baseados em problemas a serem solucionados” (KOUDELA, 2001, p.11-12).

Ao final, os discentes discorriam sobre as suas experiências na aula de Artes e algumas das falas dos alunos foram: “eu já fiz teatro, tia”; “a outra professora nunca trabalhou artes com a gente”; “que coisa legal!” e “eu achei legal, interessante, e no domingo terá um churrasco na minha casa com a minha família e eu vou pedir a minha mãe pra fazer essa brincadeira”.

A fala dos discentes servia para avaliar o que eles aprenderam e identificaram no percurso do jogo. Segundo Viola Spolin (1985), a avaliação serve para analisar o que foi percebido e aprendido no jogo. Com base nisso, uma das falas de um discente mostrou a sua ansiedade em ensinar a sua família o que ele aprendeu com o jogo teatral, compartilhando uma atividade teatral, lúdica e de caráter pedagógico.

Os jogos teatrais foram realizados no pátio da escola, onde os alunos ficaram bastante agitados, já que estavam acostumados com atividades apenas dentro da sala de aula. Segundo Ingrid Koudela “o jogo teatral permite a expressão por meio da linguagem artística, sendo o seu processo a efetivação da passagem do jogo dramático (subjetivo) para a realidade do palco” (KOUDELA *apud* MORAES, 2011, p.63). Assim como as ideias defendidas por Ingrid Koudela (2011), Moraes afirma que “o jogo também favorece a não-reprodução de comportamentos estereotipados, havendo a possibilidade da mudança de hábitos” (MORAES, 2011, p.64).

Na segunda aula teve a exibição do vídeo “Espetáculo Os Saltimbancos”, de Odeon Companhia Teatral, para que os discentes observassem a relação opressor-oprimido e logo após fora realizada uma leitura do poema Preconceito de Djalma CMF. A roda de conversa permitiu que os discentes compartilhassem seus conhecimentos sobre o que é preconceito racial.

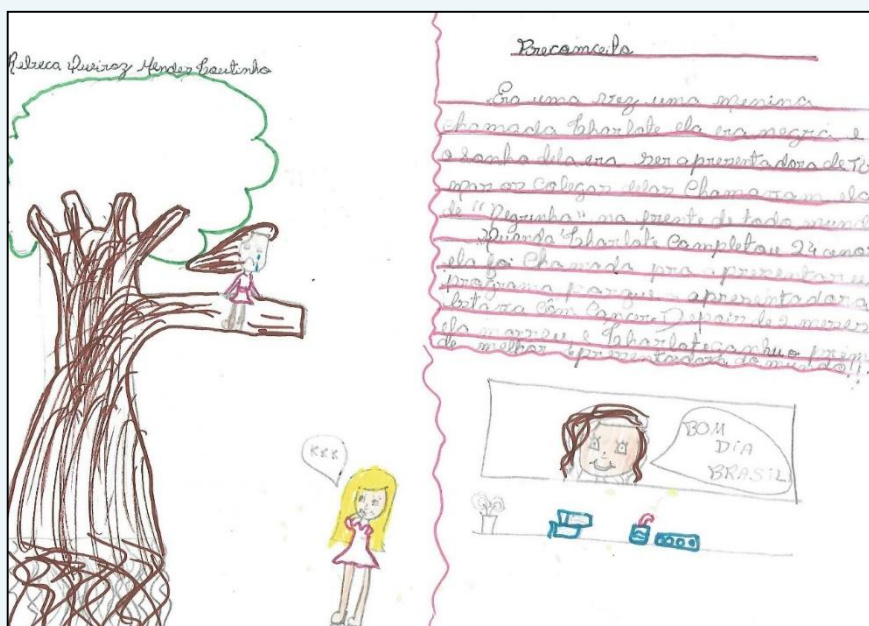
A proposta dessa aula foi conscientizar os discentes sobre não reproduzir o preconceito, permitindo que estes criassem um roteiro contendo três elementos básicos, de acordo com Viola Spolin (1985), para a construção de um texto teatral, constituído por: quem

- personagens; onde/local - que foi escolhido pelos alunos que a situação iria acontecer na escola; e o que - situação, que dentro da proposta para a aula, os discentes iriam escolher um tipo de preconceito.

Alguns alunos tinham mais domínio com a escrita e facilidade em criar uma situação, outros demoraram um pouco nessa etapa, mas conseguiram desenvolver a proposta. Os textos passaram de escrita e reescrita (DESGRANGES, 2011), porém não teve nenhuma interferência sobre o conteúdo abordado pelo discente, mas sim, orientações ortográficas e de pontuações, conforme a linguagem padrão para construção da autonomia, defendida por Paulo Freire (1987).

Os textos produzidos pelos alunos foram coerentes aos objetivos da proposta pedagógica, mostrando que o teatro pode ser usado como transformação social (BOAL, 2000) e como mostra a Figura 1. Essa situação ampliou o anseio dos discentes no final do estágio para realizar uma oficina com teatro de fantoches, poema, roteiros, abordando o Racismo, sendo toda a produção realizada pelos alunos do 4º ano.

**Figura 1 - sobre produzido discente**



**Textos racismo pela X:**

Fonte: Dados de Pesquisa. 2018.

A imagem mostra que a Discente X conseguiu entender a estrutura de um roteiro teatral, mas, especialmente, demonstra que ela conseguiu compreender como o preconceito racial está inserido na sociedade.

Seguindo o trabalho em torno de teatro e questões raciais, a terceira aula teve a exibição de dois vídeos abordando o racismo: “O que as crianças pensam sobre o preconceito contra *negros*” e “Discriminação Étnica”, de Maurício de Souza e Turma da Mônica. Na roda de conversa os discentes puderam perceber que, independentemente da cor de pele, todas as pessoas merecem respeito. No final da aula a sala foi dividida em grupos para construir cartazes de pessoas que sofrem preconceito por causa de sua cor. Nas legendas dos cartazes dos discentes apareceram as seguintes expressões: “somos iguais a todos”; “devemos respeitar uns aos outros” e “somos do mesmo mundo”.

Os cartazes eram para ser apenas com imagens recolhidas pelos discentes, mas um dos grupos perguntou se poderia colocar legendas. Nota-se, que os discentes conseguiram compreender que, independente da cor da pele todos merecem o respeito. Devido à iniciativa do grupo, também, mostra a ênfase que eles dão para que o racismo não seja mais disseminado.

Percebe-se também que os discentes possuem um olhar autônomo – pela iniciativa das legendas -, reflexivo – pois conseguem analisar que todas as pessoas são iguais – e um olhar crítico, pois a partir da análise da observação das pessoas que sofrem preconceito racial, a frase “não seja preconceituoso” demonstra o descontentamento dos discentes com preconceito racial.

A quarta aula foi o momento mais esperado pelos discentes: a confecção dos fantoches de meia. A confecção foi realizada com os materiais que os alunos já tinham em casa e fora partilhado para toda a sala: meias, borracha oriunda da mistura do etil, vinil e acetado (EVA), tesoura, botões, caneta, lápis, miçangas, pistola e bastão de cola quente. A sala foi dividida em quatro grupos para a confecção do fantoche.

Cada grupo tinha um molde de boca, orelha e nariz, onde teriam que desenhar no EVA e recortar. Depois, os discentes escolhiam dois botões que representavam os olhos e colávamos as faces do fantoche com pistola de cola quente. Foi um momento muito divertido para os discentes, eles ficaram eufóricos, querendo brincar com os fantoches.

Após a construção dos fantoches, os discentes elaboraram um poema (título, versos, estrofes e reflexos do racismo) falando sobre o racismo. A proposta foi estendida para a turma, entretanto, cinco alunos tiveram mais desenvoltura na produção textual:

O Racismo  
O racismo é quando  
A pessoa chama o outro  
De preto ou *negro*  
E isso é falta de respeito (DADOS DE PESQUISA, 2018).

Percebe-se que as palavras “*preto*” e “*negro*” são vistas por alguns alunos como inferiorização, uma forma de repulsa em sua identidade afrodescendente. Entretanto, depois da atividade que envolveu a escrita coletiva do poema foi feita uma roda de conversas sobre situações sutis de preconceito racial reproduzidas na sociedade, elementos que muitas vezes passam despercebidos e tornam-se costumes, mas que precisam ser problematizados.

A partir do entendimento sugerido pelos autores acima, seguiu-se para a quinta aula, a fim de potencializar os aprendizados já adquiridos. A quinta aula foi a materialização da oficina aberta para à escola, especialmente as turmas que foram convidadas: duas do 5º ano, uma do 4º ano e uma do 3º ano.

A sala foi arrumada junto com os discentes, ficando em exposição o poema produzido pelos alunos, os roteiros, os cartazes e os fantoches, no qual os discentes fizeram a leitura encenada dos seus textos teatrais com seus fantoches, denominado de “teatro de fantoches”. Este foi um momento enriquecedor para toda a escola, pois os próprios alunos foram os atores da sua aprendizagem, conscientizando a escola e a defendendo como um espaço de promoção da transformação social, conforme sugerem as ideias propostas por Augusto Boal (2000).

Essa experiência foi enriquecedora para os discentes, pois eles identificaram alguns comportamentos (verbal e gestuais) racistas e passaram a respeitar mais os colegas. Também perceberam situações sutis como o fato de ser chamado de “*negro*” ser comparado à humilhação para quem ouve. Contudo, no decorrer das aulas, se orgulharam de sua identidade.

Além disso, foi proposto a realização de desenhos para os alunos como atividade extra, pois estavam tendo a noção de que o racismo existe desde o período da Escravidão – como foi mencionado no poema produzido por eles - e que a luta do afrodescendente em sociedade é uma busca constante. Os desenhos, em sua grande maioria, retratavam o afrodescendente como uma pessoa de cabelo duro, preto e feio, com o estereótipo de inferioridade oriundos na ideologia do branqueamento. Essas expressões também eram ditas entre os colegas, mas depois das aulas sobre o racismo, não foram mais ditas no período do estágio.

Os desenhos também anunciam a exclusão social que os afrodescendentes sofrem pelos estereótipos da sua cor da pele, tipo de cabelo e os apelidos, que muitas vezes são vistos como comentários “inofensivos”. No entanto, como mostram os desenhos, o poema e os roteiros teatrais produzidos pelos discentes, essas ações revelam a reprodução presente no preconceito racial.

É importante que os professores e funcionários das escolas possuam sensibilidade para que possam identificar como o preconceito racial pode estar inserido dentro das escolas, pois até mesmo um desenho infantil pode ser a linguagem que a criança tem de denunciar algo que está vivenciando.

Depois da realização das observações das aulas e, com vistas a potencializar o campo de estudo, partiu-se para o estabelecimento de contato com o Projeto Político Pedagógico – PPP (ILHÉUS, 2010). Buscou-se constatar se o PPP contemplava atividades lúdicas, artísticas, de expressão e movimento. Todavia, o PPP não teve atualização durante o período do estágio e não constava nada específico na missão, valores e objetivos relacionados às temáticas artísticas e de ludicidade.

Os únicos momentos que o PPP pensou sobre a artes foi na sequência didática ao estimular o docente a realizar atividades que trabalhem com a pintura, o teatro e a música. E também na organização da prática avaliativa que contempla que a avaliação pode ser diária, semanal ou quinzenal de modo que os discentes tenham oportunidade de fazer arte (ILHÉUS, 2010). Assim como o PPP (2010) da escola, os PCN’s afirmam que ao ser trabalhado a arte nas escolas permite que a criança desenvolva a comunicação, o movimento e a expressão (BRASIL, 1997). No entanto, durante o estágio, a escola não buscou desenvolver atividades artísticas.

Durante a realização das oficinas, observou-se que a docente regente não acompanhou as atividades desenvolvidas ao longo do Estágio Obrigatório. A socialização da oficina aberta foi o único momento em que a docente visualizou as construções realizadas pelos discentes do 4º ano nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, momento no qual a docente ficou admirada pelo amadurecimento dos discentes com a temática do preconceito racial.

Diante da observação desses dados, é pertinente a reflexão do exercício autônomo profissional do docente no planejamento de propostas pedagógicas que contemplem as normatizações legais de acordo com as determinações do PPP, realização de experimentos, uso do livro didático, pesquisas de outras propostas desenvolvidas que se identifiquem com a

identidade da escola, sua função na promoção da transformação social e formação do aluno como sujeito autônomo no seu processo de ensino-aprendizagem.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem teatral é a maneira que a criança tem para se comunicar e se expressar em sociedade. A linguagem teatral além de auxiliar no desenvolvimento integral dos discentes, exercita a habilidade oral e escrita, abrange a leitura de mundo e a capacidade de argumentar, questionar e refletir dos discentes, no qual o professor atua como mediador e facilitador e, os discentes são os próprios autores e atores/protagonistas de sua aprendizagem.

Os aspectos legais do uso do teatro no Brasil foram fundamentais para que o teatro fosse compreendido como parte fundamental no processo de ensino-aprendizagem. A LDBEN 5.692/71 tornou a obrigatoriedade do ensino de Educação Artística no currículo. Todavia, só a partir da Constituição Federal de 1988 que passa a discutir sobre a artes – incluindo o teatro – como linguagem no processo de ensino-aprendizagem através dos PCN's (1997), depois com a Lei Federal 13.278/2016 que tornou a disciplina de Arte obrigatória e a BNCC (2017) que aborda sobre a importância de integração do teatro com outras áreas do conhecimento.

As vivências do Estágio Obrigatório nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como os jogos teatrais, o roteiro teatral, a confecção dos cartazes, a confecção dos fantoches de meias, o poema produzido pelos discentes, os desenhos e a socialização aberta à escola para as produções dos discentes do 4ª ano acerca do preconceito racial/racismo, foram essenciais para perceber como o teatro pode ser um instrumento de luta e de conscientização. Os discentes tanto melhoraram suas habilidades orais e escritas, como tornaram-se mais sensíveis às questões que envolvem a diversidade humana e ao bem coletivo, e tiveram sentimento de dignidade pela sua identidade afrodescendente, sentimento que antes havia sido marcado por rejeição.

O preconceito racial sofrido pelos afrodescendentes desde o período da Escravidão – como mencionado pelo poema produzido pelos discentes -, pois a população europeia, branca, considerava-se a raça superior, pensamento que reflete nos dias atuais.

Dessa maneira, pensar em teatro no processo de ensino-aprendizagem é pensar em Projeto Político Pedagógico que discuta sobre expressão, movimento, ludicidade e atividades artísticas, pensar na Secretaria Municipal de Cultura em parceria com a Secretaria Municipal

de Educação no desenvolvimento e incentivo de projetos de teatro nas escolas e, pensar em propostas pedagógicas que permita dar voz aos discentes, apropriando-se da linguagem teatral e docentes que compreendam que é possível trazer o teatro para a sala de aula sem preceder de técnicas aprofundadas.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Aline Rosa de Almeida. **A linguagem teatral e suas contribuições para o processo de ensino aprendizagem nos Anos Iniciais**. 2016. 36f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Pará de Minas, Minas Gerais.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 3.ed. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL, Governo Federal. Constituição (1988). **Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto**. Brasília, DF, 1998

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Lei de nº 5.692, de 1971**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1971. Disponível em:

<[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=CEAFA4F6AFD77E5AA9C4614445249191.node2?codteor=1187830&filename=Avulso+-PL+18/1975](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CEAFA4F6AFD77E5AA9C4614445249191.node2?codteor=1187830&filename=Avulso+-PL+18/1975)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Lei nº 9.394, de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Governo Federal. **Lei Federal nº 13.278, de maio de 2016**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília 2014. Disponível em: <

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2730-pne-lei-10172-09-01-01&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2730-pne-lei-10172-09-01-01&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira Versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Artes**. Brasília: MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Rede de saberes Mais Educação: Gestão Intersectorial no Território**. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader\\_maiseducacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 22/2005**, homologação publicado no Diário Oficial da União de 23/12/2005.



DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. **Teatro de Grupo: a colaboração e a interdisciplinaridade nos coletivos**. IV Reunião Científica de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas: UFMG, p.1-4, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ILHÉUS. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal do Salobrinho: Ilhéus, 2010.

KOUDELA, Ingrid Dormien. Indicadores de um caminho para o jogo teatral. In: SPOLIN, Viola. **O Jogo Teatral no livro do diretor**. São Paulo: Perspectiva, 1985, p.11-14.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MORAES, Danielle Rodrigues de. **Teatro na Escola: da lei à lida**. Dissertação (Mestrado) Departamento de Educação, Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2011.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo, 2006, v.19.

RUIZ, Rodrigo Martins. **Linguagem teatral na educação**. Escola e professor(a): identidades em risco? Universidade de Santa Cruz do Sul: Rio Grande do Sul, 2016, p.1-9.

SANTOS, Alinne Neyane dos; SANTOS, Alice Nayara dos. **O teatro e suas contribuições para Educação Infantil na escola pública**. UXVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, UNICAMP: Campinas, 2012.

SANTOS, Jeroaldo de Souza. **Uso do teatro no processo de ensino-aprendizagem de Geografia: estudo de caso em Una/BA**. Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: Paraíba, 2013.

SILVA, Talita Pereira de. **A linguagem teatral na Educação Infantil: entre o gesto da criança e a solicitação do espetáculo**. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Nove de Julho: São Paulo.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1963

\_\_\_\_\_. **O Jogo Teatral no livro do diretor**. São Paulo: Perspectiva, 1985.